

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO - JORNALISMO  
DISCIPLINA: PROJETOS EXPERIMENTAIS - JED 1401.

GRANDE REPORTAGEM

"TV EDUCATIVA EM SANTA CATARINA:  
UMA EXPERIÊNCIA FRACASSADA?"

Aluno: Itamar Aguiar

Prof. Orientador: Airton Kanitz

Florianópolis/Agosto de 1983.

## RELATÓRIO

A grande reportagem teve por objetivos fazer um estudo crítico da introdução na educação das novas tecnologias de ensino, assim como a sua utilização; fazer um levantamento do funcionamento das Televisões Educativas existentes no país, que possibilitem avaliar a complexidade de funcionalidade e viabilidade técnica; fazer um levantamento dos equipamentos incluídos no projeto experimental da TV Educativa de Santa Catarina e sua posterior utilização após o cancelamento do projeto; incluir sugestões que possibilitem o estudo de um novo projeto de Televisão Educativa para Santa Catarina. Porém, dentre os quatro objetivos citados acima, somente se conseguiu analisar os fatos que envolveram a implantação do projeto da TV Educativa de Santa Catarina, o seu desenvolvimento e posterior cancelamento.

Discutiu-se, mesmo de maneira superficial, a introdução das inovações tecnológicas no ensino e sua repercussão na TVE de Santa Catarina. Tais fatores foram consequências de pesquisas efetuadas em materiais didáticos, jornais, revistas e entrevistas. Procurou-se destacar, fora dos objetivos propostos, a razão que ocasiona a inviabilização de projetos e iniciativas no setor de Teleeducação oficial, tanto nas universidades como nos Estados da União, enquanto isto se assiste a interferências cada vez mais acentuada - vide Projeto Globo de Teleeducação de 1º e 2º Graus- do setor privado na educação.

O Projeto acabou demonstrando um profundo desconhecimento em relação a esse tipo de avanço tecnológico, por parte de autoridades ligadas à educação, o que foi causa fundamental para o fechamento da TVE ainda na sua fase de experimentação. Todas as entre

vistas feitas, comprovaram que a experiência teve êxito e que Santa Catarina estava apta para ter seu primeiro canal de TV Educativa que iria atender inicialmente o ensino de 1º e 2º Graus. A inviabilidade do projeto está também relacionado ao preconceito de que a máquina poderia substituir ao homem, porém comprovou-se o contrário, ou seja, a importância do professor na iniciativa pioneira.

Através da pesquisa, conseguiu-se derrubar um outro argumento de que a TVE não poderia desenvolver um bom trabalho cultural/educativo, papel esse reservado para a iniciativa privada, como consequência da falta de verba e apoio oficial, segundo defendem os empresários.

Conforme foi proposto como objetivo, a checagem dos equipamentos da TVE, objeto de interesse do curso de jornalismo, foi comprovado então, através de fotografias, que esse equipamento estava completamente obsoleto para o uso.

Em face de diversos impedimentos na época, fevereiro de 1983, encontrados pela continuidade da pesquisa, achou-se por bem, pedir junto a Coordenadoria do Curso, através de seu coordenador prof. Cesar Orlando Valente, que recebêssemos o conceito I, o que foi devidamente atendido haja vista a plena compreensão das razões apresentadas. Sendo assim, foi concedido um novo prazo para a conclusão da pesquisa.

Após os primeiros anos de implantação do Plano Estadual de Educação<sup>(1)</sup> que introduziu mudanças significativas no Sistema Educacional de Santa Catarina, com a adoção dos avanços progressivos (que aboliu a reprovação no ensino de 1º Grau) e a extensão da obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos, surge em Santa Catarina o Plano Setorial de Educação 1973/1976<sup>(2)</sup> e com ele o Projeto de Implantação da Televisão Educativa: a TVE catarinense inserida neste Plano sob o enfoque de inovação metodológica no ensino, foi projetada como instrumento tecnológico mais eficiente para aumentar o rendimento e a eficácia do sistema educacional. Em consonância com a política educacional da época, a TVE foi concebida ideologicamente como um instrumento promissor à serviço de uma educação voltada para o progresso econômico, social e tecnológico.

Em função deste acordo o MEC introduziu no seu Plano Educacional, projetos tecnológicos (no caso de SC. a TVE), que forçaram a dispender vultosas quantias em recursos materiais e humanos altamente sofisticados. Com isto o Governo brasileiro se comprometia, pelo acordo, a comprar equipamentos, dentre outros compromissos, dos americanos, em troca do fornecimento de financiamentos e assistência técnica.

Sobre esse acordo, o atual Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro e idealizador da Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro, assim se referiu em seu livro "UnB: Invenção e Descaminho", publicado em 1978, quando comenta a invasão da USAID na educa

---

(1) Considerado o primeiro Plano de Educação de SC., foi implantado em 1970 e regulamentado pelo Decreto nº 8.828 de 31/12/69.

(2) SANTA CATARINA, Secretaria de Educação. Plano Setorial de Educação 1973-1976. Projeto 04., Subprojeto 4.1., Vol. II, 1972.

ção brasileira via universidades: "(...) com a entrega da condução da política universitária brasileira através de acordos internacionais secretos a uma equipe acadêmico-policial norte-americana que jamais seria recebida em audiência nas universidades de seu País . Estamos já, então, no reino tenebroso da recolonização cultural em que um mesmo órgão estrangeiro (USAID) financia e promove no Brasil tanto o treinamento dos torturadores como a reforma da universidade". Coincidentemente este período marca o desenvolvimento econômico em Santa Catarina e o sistema educacional deve atuar no sentido de formar recursos humanos necessários a este desenvolvimento. É quando se dá uma ênfase maior para o ensino de 2º Grau. E a TVE aparece justamente na linha de expansão do ensino de 2º Grau. Uma contradição, se pensarmos em termos de continuidade do 1º Plano Estadual de Educação/69, que previa uma expansão do ensino de 1º Grau, E, ao contrário do que pretendia justificar a Secretaria da Educação, a implementação da TVE serviu principalmente para atender a uma exigência do acordo MEC/USAID, e não para atender uma inovação no ensino brasileiro, com a aplicação de novas tecnologias.

A Secretaria Estadual de Educação procurava justificar a implantação da Televisão Educativa, incluído no projeto de "Inovações Metodológicas e Melhoria Quantitativa do Sistema Educacional, considerando que a televisão representava um dos mais promissores veículos de comunicação. Além disso, poder ampliar a atua

---

Sobre a compra de equipamento não americano, em SC. houve necessidade de pedir dispensa oficial para aquisição de equipamentos japoneses por ter sido o mais indicado no processo de licitação realizada.

ção de melhores professores, colocando-os ao alcance de maior número de alunos. Ter grande poder de multiplicação e abrangência. Com este objetivo, em janeiro de 1973 foi constituído o grupo de trabalho formado por técnicos especializados em teleducação, da própria Secretaria. Eles estavam vinculados ao Serviço de Teleducação da Secretaria da Educação, com a finalidade de detalhar o Projeto 4, constante do Plano Setorial de Educação, referente a implantação da Televisão Educativa em Santa Catarina.

Este grupo, com uma preocupação voltada essencialmente para a melhoria da qualidade do ensino procurou integrar a televisão como elemento auxiliar do trabalho dos professores, para complementar e/ou substituir a estrutura convencional do ensino e também para proporcionar educação escolar, a nível de 2º Grau.

Implantada inicialmente em Circuito Fechado a TVE teve sua experiência piloto no Instituto Estadual de Educação, por ser considerada a Escola-Padrão do Estado. Ou seja, que apresentava as condições adequadas e pessoal docente habilitado para a realização do experimento no processo de ensino-aprendizagem.

Dentre as áreas de atendimento do ensino de 2º Grau mais carente para a TVE atuar, optou-se pela área de Ciências, já que nesta área era constatada o menor índice de aproveitamento escolar.

A experiência em Circuito Fechado de TVE, prevista para o período 1974/1976 pretendia verificar a viabilidade de TVE, antes de lançar em canal aberto através de uma experiência com atendimento em escala menor, onde tornaria possível uma avaliação contínua dos recursos materiais e humanos empregados e de produção realizada.

Por outro lado, o projeto previa ampliação e o

seu redimensionamento de acordo com as necessidades, sendo que não se fixaria época para operação em circuito aberto, o que dependeria do êxito e da eficácia do empreendimento.

Com esta preocupação o grupo de trabalho de implantação da TVE, planejou o Circuito Fechado de Televisão Educativa - (CFTVE) nos anos de 1972/1973. Em 1974 foram executadas as atividades de adequação de espaço físico, compra e instalação de equipamentos que garantiriam o funcionamento do CFTVE no início de 1975.

O CFTVE teve seu início de funcionamento em 8 de março de 1975, quando foi inaugurada pelo então Governador Colombo Machado Salles e seu Secretário da Educação o professor Paulo Henrique Elasi. Durante o primeiro semestre foram realizados: convênios com entidades de teleeducação; testagem dos aparelhos; treinamentos de pessoal para atuarem nas áreas de programação, produção e recepção de TV e de operação técnica dos equipamentos; produção de programas e pré-teste operacional que garantiriam no 2º semestre a recepção dos programas em salas de aulas.

Os recursos para a implantação do Projeto, segundo previa o Plano Setorial de Educação, seria captado através do Governo do Estado e do Fundo Especial para o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino pelos convênios celebrados entre a União e Governo do Estado de Santa Catarina.

---

Este grupo foi extinto em 5 de junho de 1974 e transformado em Comissão Especial de TVE pela Portaria E/N051. Esta comissão vinculada à Secretaria de Educação tinha como função administrar o CFTVE até 1976.

Por isso, foi assinado em 10 de abril de 1974, o convênio entre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEM) e a Secretaria da Educação de SC., com interveniência do Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL) do MEC. Pelo Termo de Convênio, o Projeto era dividido em duas etapas, sendo a primeira de implementação, cuja duração estimada era de 10 de abril de 1974 a 31 de dezembro de 1974; e a segunda, denominada de implantação, que iria de 2 de janeiro de 1975 a 31 de dezembro de 1976. Os recursos, da ordem de Cr\$ 2.252.22,00, foram distribuídos em 4 parcelas. Em função das obrigações do Estado, fixados no Termo de Convênio, foi assinado o Termo Aditivo nº 1, que trata da inclusão de Recursos Financeiros para custear 100 por cento da remuneração de pessoal, bem como da manutenção adequada das instalações da Televisão Educativa.

Em 15 de março de 1975 assume como Governador do Estado, nomeado, Antônio Carlos Kender Reis e na pasta da Educação, Salomão Ribas Júnior, e a TVE que já se encontrava funcionando no IEE, na opinião do pessoal do CFTVE "não foi olhada com bons olhos pelos novos dirigentes". E a equipe que até então recebeu todas as atenções por parte da Secretaria, passou a ser discriminada, tendo a sua atuação junto a SE cada vez mais limitada.

Sem o apoio da SE e do próprio IEE, o CFTVE conseguiu, apesar de tudo, resistir até o ano de 1976 (término do Convênio) graças a ajuda dos órgãos do MEC, PREMEM e PRONTEL das emissoras de televisões locais e do esforço do pessoal da equipe.

A resistência da SE ao projeto TVE ficou claramente evidenciado nas entrevistas realizadas pela imprensa<sup>(5)</sup> na época.

---

(5) Ver edição EDUCAÇÃO/ especial de O Estado de 12 de abril de 1976, "Numa sala de aula, uma TV ajuda o professor".



ca em que o Secretário se colocava temeroso em relação ao processo, receoso de que a TVE viesse substituir os professores em sala de aula. Esta posição foi confirmada em entrevista em fevereiro de 83, na qual o ex-secretário, hoje deputado estadual, afirma que "os professores do IEE não aceitariam a inovação da televisão, que poderia até, ocupar seus lugares". Fato desmentido mais tarde, quando vários professores do IEE foram contratados para trabalhar no projeto.

Isso demonstra a falta de informação à respeito do trabalho que estava sendo desenvolvido no CFTVE ou uma justificativa sem consistência prática e teórica, para acabar com um projeto inovador que começou a brotar em Santa Catarina. Como sendo "a Revolução em sala de aula"<sup>(6)</sup>. O que na opinião da equipe, a preparação de uma aula para apresentar através da TV, ao contrário do que acontece com uma aula tradicional, onde o professor faz tudo sozinho -prepara, representa e verifica a aprendizagem-, na TVE a aula ganha obrigatoriamente nova dimensão, pois para executar esse trabalho existe uma equipe formada de professores (equipe de produção do CFTVE).

Ao invés de ser feita apenas por um professor, é planejada, executada e analisada por essa equipe que, por sua vez, é assessorada pela coordenação pedagógica. Depois de tudo isso é que a aula vai ser gravada em video-tape para ser passada aos alunos.

As equipes de produção é integrada por um programador, 3 produtores (...) e um assistente de produção"<sup>(7)</sup>.

---

(6) Cf. artigo de Revista de APT - Associação Brasileira de Teleeducação.

(7) Op. Cit. EDUCAÇÃO/especial. O Estado pág. 4.

Estes dados não foram suficientes para que o Secretário Salomão Ribas Júnior desse critério à equipe. E em janeiro de 1977 cerrou as portas do CFTVE, e ignorando as pessoas que idealizavam um grande trabalho para a educação de SC, constituiu uma nova equipe<sup>(8)</sup>, que a denominou de "avaliação e planejamento", que até julho de 1977 tratou de fazer um balanço dos resultados alcançados na etapa inicial de funcionamento do CFTVE. O trabalho dessa comissão jamais fora concluído, as equipes extintas e o projeto posto no esquecimento.

Com a nomeação de Salomão Ribas Júnior para a Casa Civil assume ainda em 1977, a Secretaria da Educação, o professor Márcio Moraes, engenheiro e entendido em TV resolve colocar a TVE em funcionamento sob a direção de um amigo que por cuidar de uma torre de TV em Joinville foi considerado a pessoa adequada para prosseguir o Projeto de ampliação da TVE em SC.

Sem a equipe de produção e com apenas dois técnicos do setor de operação da equipe anterior, tentou-se manter as aparências do CFTVE, obtendo-se inclusive recursos do MEC para a sua continuidade. Com uma equipe totalmente despreparada foi impossível manter o CFTVE funcionando mesmo dentro dos objetivos da SE - que fazia tomadas (filmagens) exteriores nos eventos de inauguração de obras dos senhores Governador e Secretário.

A partir do momento que os equipamentos passaram a ser manuseados por pessoas não qualificadas, o CFTVE, pela falta

---

(8) Cf. depoimentos do pessoal treinado para o CFTVE. Esta equipe foi composta por elementos da SE e do IEE completamente alheios às áreas de TVE e de avaliação.

de uso e manutenção constante, caiu no processo de degradação. Embora, hoje, fechado a 7 chaves, sabe-se que o material que ainda resta (parte dele desvirtuado para outros interesses que não educacional), está sem condições de operar.

Após a entrega oficial do CFTVE e em perfeito estado de funcionamento e conservação, com todos os seus bens móveis de caráter permanentes, em maio de 1977, pela Comissão Especial da TVE, sempre houve desconfiança em relação a destinação e condições de uso dos equipamentos. Ou seja, temia-se que não estivessem mais no IEE. Falavam em desvio ilícito. Inclusive, chegou a ser realizado um inquérito administrativo para apurar responsabilidades. Isso já em junho de 1980.

Em 1982, houve nova suspeita de desvio de equipamentos de áudio da CFTVE. As denúncias recaíram sobre o Chefe da Casa Civil do Governo Jorge Konder Bornhausen, o ex-deputado estadual, Nereu Ghidi. Ele havia comprado a emissora Rádio Jornal a Verdade do Estreito. O objetivo era utilizar a emissora como cabo eleitoral de sua candidatura a deputado estadual nas eleições de novembro de 82. Desse modo suspeitava-se que havia instalado o equipamento de áudio em sua nova emissora.

Foram checados todos os equipamentos da rádio. Inclusive através de fotografias. Mas nada foi constatado. Ou seja, não havia nenhum equipamento de som do tipo utilizado pela CFTVE.

Indagados a respeito, os funcionários da rádio disseram que Nereu Ghidi havia prometido ampliar e modernizar a emissora, o que jamais ocorreu na prática. Eles afirmaram que o Chefe da Casa Civil ficou pouco tempo na direção da Jornal A Verdade.

Sobre o inquérito administrativo pouco se sabe. Uma

vez que ele se encontra nas mãos do diretor administrativo, Sr. Hélio Rodolfo, que afirmou também em entrevista na ocasião, que "nada se apurou com o processo", embora afirmasse categoricamente que "se trata de matéria sigilosa". Ele comprovou onde se encontrava, então, a mesa de som, ou seja, na gráfica da SE. Em uma pequena sala, em cima de uma mesa, se encontrava o equipamento de áudio intacto. Ele ainda chegou a justificar acerca da permanência do equipamento naquele local, dizendo que "estava em reparos".

O curso de Jornalismo da UFSC tentou por várias vezes trazer todo o equipamento do CFTVE para o Campus Universitário. A primeira tentativa ocorreu no início de 1980, quando uma comissão de quatro alunos, juntamente com o então coordenador do curso, o professor e jornalista Moacir Pereira, estiveram com o Governador Jorge Bornhausen. Houve a promessa do Governador no sentido de transferir para o curso de Jornalismo todo o material da TVE. Novas gestões se sucederam. Juntamente com o apoio do Núcleo de Apoio Instrucional (NAI) da UFSC. Falou-se até na assinatura de um Termo de Convênio entre a UFSC e a SE.

Ainda em 82, no final do ano, o novo coordenador do Curso de Jornalismo, professor César Valente e o professor Paulo Brito mantiveram novo contato com a direção do IEE, que através de seu diretor, professor Ney Cláudio Viegas manifestou certo interesse em ceder todos os equipamentos do CFTVE. Embora afirmasse que dependeria de autorização da SE, a quem estava subordinado. Chegou, inclusive, a dizer que queria "livrar-se" dos equipamentos para usar o espaço físico do CFTVE como salas de aulas, já que havia déficit de espaço para as atividades discentes.

E, finalmente, no mês de maio de 1983, uma equipe chefiada por um engenheiro da TV Executiva da Telesc, em nome

da UFSC, realizou uma avaliação minuciosa dos equipamentos do CFTVE, no IEE, chegando a conclusão melancólica da sua impossibilidade de reaproveitamento em virtude de os equipamentos estarem ultrapassados, completamente obsoletos para uso. Não sendo, portanto, recomendável a sua transferência para o Curso de Comunicação, já que era completamente inviável a sua ampliação, e muitos dos equipamentos encontravam-se danificados. Fato que levou o Curso de Jornalismo a desistir definitivamente da idéia.